

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - DF

Estudo Técnico Preliminar 436/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 00060-00487396/2025-31

2. Descrição da necessidade

Em conformidade com as políticas de saúde mental e atenção integral a usuários com transtornos mentais, incluindo aqueles decorrentes do uso de álcool e outras drogas, a partir da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, o foco da assistência deve ser em dispositivos extra-hospitalares de atenção psicossocial, com ênfase na reabilitação e reinserção social dos usuários, além da articulação com o restante da rede de saúde.

Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS AD, Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil - CAPS i e o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I são os locais de referência para a assistência aos casos de abuso e dependência de álcool e outras drogas. No DF, existem doze unidades para estes tratamentos, sendo três de funcionamento vinte e quatro horas com leitos para acolhimento noturno quando indicado.

Os CAPS realizam atendimentos multidisciplinares individuais ou em grupos, e devem ser os articuladores da atenção com outros serviços da rede (Atenção Primária, Ambulatorial e/ou Hospitalar). Destaca-se que os **CAPS atendem somente aqueles usuários que aceitam voluntariamente o tratamento**.

No entanto, há situações em que a internação psiquiátrica está indicada. A Nota Técnica nº 1/2022 - DISSAM/SES/DF atualmente Subsecretaria de Saúde Mental (SES/SEAS/SUSAM) estabelece os critérios de regulação para internação por transtornos mentais e comportamentais na rede SES/DF e cita como principais indicações:

- I - Incapacidade grave de autocuidado;
- II - Risco de morte ou de prejuízos graves à saúde;
- III - Risco de autoagressão ou de heteroagressão;
- IV - Risco de prejuízo moral ou dano patrimonial;
- V - Risco de agressão à ordem pública.

A Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, define três modalidades de internação psiquiátrica: **a) internação voluntária:** aquela que se dá com o consentimento do usuário; **b) internação involuntária:** aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro; **c) internação compulsória:** aquela determinada pela Justiça; sendo todas realizadas somente mediante laudo médico circunstanciado. Cita também, as condições para a internação psiquiátrica:

“Art. 4º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º O tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º É vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.”

A Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, dispõe acerca da criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Portaria de Consolidação nº6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, incluindo o incentivo para internação de curta duração nos hospitais psiquiátricos e dá outras providências.

Quando há indicação de internação hospitalar, a SES/DF conta com 45 leitos clínicos de Saúde Mental em Hospitais Gerais credenciados junto ao Ministério da Saúde. Estes leitos são reservados para usuários com transtornos mentais, incluindo aqueles com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, independente de comorbidades clínicas, cirúrgicas ou obstétricas.

Para as internações psiquiátricas, o Distrito Federal conta com 135 leitos, destinados para internações breves objetivando a estabilização do quadro e posterior encaminhamento para tratamento nos dispositivos extra hospitalares da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Seguem abaixo os leitos de saúde mental da Rede SES DF:

Hospital	Quantidade por Tipo de Leito	
	Clínico - Saúde Mental	Psiquiatria
Hospital Materno Infantil de Brasília – HMIB	10	--
Hospital Regional da Ceilândia - HRC	3	--
Hospital Regional do Gama - HRG	8	--
Hospital da Região Leste - HRL	3	--
Hospital Regional de Santa Maria - HRSM	6	--
Hospital Regional de Sobradinho - HRS	10	--
Hospital Regional do Guará - HRGu	5	--
Hospital de Base do Distrito Federal - HBDF	--	36
Hospital São Vicente de Paulo - HSVP	--	83
Hospital da Criança de Brasília - HCB	--	2
Hospital Universitário de Brasília - HUB	--	14
TOTAL	45	135

Fonte: DATASUS/CNES/MS, 2025

Portanto, não há no DF instituição pública para tratamento específico em regime de internação quando determinada judicialmente, para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas.

O Contrato Nº 10/2018-SES/DF, celebrado entre esta SES/DF e a empresa CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL EIRELLI - EPP, cuja vigência findou-se em 26 de fevereiro de 2024, tinha como objeto a contratação de serviço de diária de internação e remoção por estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal, e previa a quantidade de 7.316 (sete mil e trezentos e dezesseis) diárias de internação.

Esta Subsecretaria de Saúde Mental (SUSAM) tem envidado esforços para diminuir o número de internações compulsórias, entendendo que, além da internação de longa permanência ser comprovadamente não efetiva, o usuário está privado do acesso aos seus direitos básicos, ao convívio familiar e em sociedade. Além disso, a judicialização da Saúde Mental tem gastos indiretos altos com acionamento de diversos órgãos de garantia de direitos. Destarte, para que seja possível reverter esse aumento progressivo, é necessária a melhoria de infraestrutura da Rede de Saúde e a ampliação do uso de outros dispositivos, como os leitos de saúde mental nos Hospitais Gerais com capacidade de realização de internações involuntárias (a fim de evitar que sejam judicializadas e se tornem compulsórias).

Em resumo, persiste um vazio assistencial na Rede de Saúde quando há indicação de internação de pessoas com transtornos decorrentes do uso de álcool ou outras drogas, ressalta-se que esses usuários acabam por apresentar alto risco para si e para terceiros caso não sejam realizadas intervenções efetivas, pois tratam-se de situações crônicas, com importante impacto pessoal, social, ocupacional, familiar, econômico e de saúde pública. É importante também considerar que a interrupção do fornecimento desta modalidade de tratamento pode causar a desassistência aos pacientes com determinação de internação compulsória e incidir no descumprimento de ordens judiciais, com riscos de responsabilização, além de sequestro de verba pública para custear o tratamento em clínica da rede privada não conveniada com a SES/DF.

A SUSAM vem buscando soluções para a problemática em questão, mas entende que até que seja dado andamento às propostas apresentadas, com a adequação e efetiva utilização dos recursos da própria rede, faz-se necessária uma medida que acolha as demandas de cuidados a essa população.

A proposta está alinhada ao Plano Distrital de Saúde (PDS)- 2024-2027, através da Diretriz: Redes de Atenção à Saúde e atendimento ao Objetivo: Promover a qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, com foco na ansiedade, depressão e uso abusivo de álcool, tabaco e outras drogas.

1.1. NORMATIVOS VINCULADOS

- Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;
- Portaria de Consolidação nº6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe acerca da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, incluindo o incentivo para internação de curta duração nos hospitais psiquiátricos e dá outras providências;
- Portaria de Consolidação nº5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe acerca da consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;
- Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que em seu Anexo V institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Portaria GM/MS nº 757, de 21 de junho de 2023, que consolida uma política de saúde mental mais inclusiva e prioriza o cuidado em liberdade e a Atenção Psicossocial;
- Resolução - RDC Nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, caso exigido pela Instrução Normativa/DIVISA nº 33, de 10 de agosto de 2022 - Regulamento Técnico sobre o Licenciamento Sanitário, no âmbito do Distrito Federal;
- Resolução - RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;
- Resolução - RDC Nº 36, de 25 de julho de 2013 - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;
- Resolução - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências; e
- Outras normas sanitárias já existentes, e suas atualizações, ou que vierem a existir, de acordo com a natureza e finalidade do serviço.

1.2. CONTRATAÇÃO ANTERIOR (SE EXISTIR)

Considerando que não há no DF instituição pública para tratamento específico, em regime de internação, quando determinada judicialmente, para pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas e com as demandas judiciais em volume crescente incidindo em medidas de sequestros de verbas por determinação judicial, a SES optou em 2017 pela abertura de edital de licitação para contratação de Instituição Privada. A fim de cumprir as determinações judiciais foi celebrado o Contrato nº 10/2018, entre esta SES/DF e a empresa CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL EIRELLI - EPP, instruído por meio do processo SEI nº 00060-00149624/2017-67.

O referido contrato teve por objeto a contratação de serviço de diária de internação por estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal. O sétimo termo aditivo referente ao contrato foi encerrado no dia 26 de fevereiro de 2024 e não houve renovação ou extensão do contrato. As despesas atuais associadas a esse serviço estão sendo tratadas como despesa indenizatória.

Não foram identificadas inconsistências no Contrato Nº 10/2018-SES/DF (6174475) celebrado entre esta SES/DF e a empresa CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL EIRELLI - EPP. No entanto, ficou evidente após análises que a quantidade de diárias extrapolou o planejado durante os anos, não sendo suficiente para atender as demandas judiciais. Como resultado, houveram despesas adicionais que foram pagas por despesa indenizatória, o que deverá ser evitado na nova contratação, considerando a estimativa de diárias previstas a partir dos dados mais recentes de internação.

Reconhecemos a importância de garantir que nossas contratações sejam adequadas e eficazes, tanto para atender às demandas operacionais quanto para evitar custos desnecessários a SES/DF.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SES/SEAS/SUSAM/DGSSAM	Subsecretaria de Saúde Mental/Diretoria de Gestão de Serviços de Saúde Mental

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

a) Quanto à duração do contrato:

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, PRORROGÁVEIS por até 120 (cento e vinte) meses, na forma da Lei nº 14.133 de 2021, conforme conveniência e oportunidade da Administração.

b) Informar se a contratação tem caráter continuado:

A prestação do serviço deverá ocorrer de forma contínua conforme consta no Art. 15, da Instrução Normativa nº 05/2017, que são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, ou entidade.

Nesse sentido, o objeto da contratação é um serviço de natureza contínua e essencial, justificando-se pelo crescente número de pessoas que necessitam de internação psiquiátrica compulsória e pelo fato de que não há no Distrito Federal instituição pública para tratamento específico em regime de internação quando determinada judicialmente, para pessoas com transtornos decorrentes do uso ou dependência de álcool e outras drogas.

c) Quanto à Subcontratação:

Em observância ao art. 122, § 6º da Lei nº 14.133/2021, é vedada a subcontratação total ou da parcela principal do objeto da contratação, que consiste em diária de internação por estabelecimento em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal.

No entanto, é permitida a subcontratação de serviços acessórios ao objeto principal da contratação, tais como: fornecimento de refeições adequadas aos usuários por empresa especializada, serviços de manutenção e/ou limpeza para garantir um ambiente higiênico tanto para os usuários quanto para os profissionais, bem como serviços de lavanderia, desde que realizados por empresa habilitada.

- **Requisitos documentais aplicáveis às empresas subcontratadas:**

A Contratada, no caso de subcontratação de serviços, deverá apresentar, no momento da análise de sua habilitação, os documentos capazes de demonstrar que a subcontratada possui condições de executar a parcela do serviço a ser subcontratada, apresentando a documentação abaixo:

- Declaração do contratante principal assumindo responsabilidade solidária pela subcontratada, atestando que fiscalizará a subcontratada e responderá por eventuais falhas;
- Termo de ciência do contratante sobre a subcontratação, assinada pelas duas partes, atestando que a mesma é capaz de atender a demanda pretendida pela contratada e especificando o objeto a ser subcontratado;
- Declaração de que a subcontratada possui instalações físicas compatíveis com o serviço subcontratado;
- CNPJ válido e ativo da empresa subcontratada, com cadastro regular na Receita Federal;
- Contrato Social ou Ato Constitutivo atualizado da empresa subcontratada;
- Certidões Negativas (FGTS, Tribunais Trabalhistas, INSS, Fazenda Federal/Estadual/Municipal, da Dívida Ativa da União);

Outras documentações poderão ser exigidas pela banca examinadora, caso necessário.

d) Quanto à banca examinadora:

As ações de vistoria de que tratam esse subitem serão realizadas pelos membros da banca examinadora definida pela SES/DF, conforme designação em Diário Oficial, composta pelos representantes das áreas: da Subsecretaria de Saúde Mental (SES/SEAS/SUSAM), da Diretoria de Vigilância Sanitária (SES/SEAS/DIVISA) e da Subsecretaria de Administração Geral (SES/SEGEA/SUAG).

Haverá análise técnica referente a proposta apresentada a fim de avaliar se todos os requisitos foram atendidos.

e) Quanto à vistoria:

Há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, na qual será verificado o cumprimento dos requisitos exigidos no Edital de contratação. As ações de vistoria de que tratam esse subitem serão realizadas pelos membros da banca examinadora definida pela SES/DF.

Nessa avaliação prévia serão verificadas as licenças e autorizações necessárias para operar conforme regulamentações pertinentes, questões de infraestrutura e instalações, disponibilidade e qualidade de espaços destinados aos usuários e mecanismos de controle de acesso, conforme requisitos mínimos e normativas vigentes, bem como o atendimento aos requisitos para composição da equipe multiprofissional e escalas dos profissionais.

O Checklist de Vistoria do Estabelecimento de Internação Psiquiátrica para Dependente Químico do Distrito Federal (Apêndice I), acostado aos autos, foi elaborado com base na Resolução RDC nº 29, de 30 de junho de 2011. Ressalta-se que a avaliação dos itens constantes nesse checklist, bem como instrumentos que serão utilizados pela DIVISA são de competência exclusiva do referido setor, cabendo a ele definir os critérios e procedimentos adotados, dentro de sua competência legal.

f) Quanto às exigências de qualificação operacional:

O artigo 67 da Lei nº 14.133/21 estabelece as regras para a qualificação técnica nas licitações, tanto para obras, serviços e compras, exigindo comprovação de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional dos licitantes. Portanto, a empresa interessada deverá apresentar como comprovante da qualificação técnica operacional para prestação do serviço pretendido os documentos abaixo:

- Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica do referido objeto, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando satisfatoriamente fornecimento de serviços similares ao presente objeto por, no mínimo, 6 meses.
- Registro e Licenciamento de Empresas – RLE;
- Licença sanitária vigente, válida e compatível com a atividade econômica (CNAE) adequada: **8610-1/01: Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências**, bem como demais atividades desempenhadas pela empresa em decorrência do objeto;
- Registro atualizado do estabelecimento no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- Comprovação, por parte da empresa licitante, **de que não possui registros de maus-tratos** ou violações aos direitos dos pacientes, mediante apresentação de Certidão Judicial de Distribuição (Especial- Ações Cíveis e Criminais- 1ª e 2ª Instâncias), informalmente conhecida como "nada consta" ou "certidão negativa", junto ao órgão competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- Assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade Contra Maus-Tratos pela empresa através de seus representantes legais (Apêndice II);
- Assinatura da Declaração de Pleno conhecimento das condições e exigências relacionadas à execução dos serviços do objeto pela empresa através de seus representantes legais (Apêndice IV);
- Assinatura da Declaração de Condições do Estabelecimento pela empresa através de seus representantes legais (Apêndice V);
- Assinatura da Declaração Anticorrupção pela empresa através de seus representantes legais (Apêndice VI);
- Assinatura e preenchimento do Modelo de Proposta (Apêndice VII);
- Plano Terapêutico que descreva suas atividades administrativas e assistenciais;
- Escritura do imóvel referente às instalações ou contrato de locação acompanhado de suas respectivas fotos, incluindo instalações internas (recepção, quartos, cozinha, sala para atendimento individual, social e coletivo, sala de recepção, atendimento médico e reuniões, etc.);
- Cópia do registro no Conselho Regional Competente da empresa e de todos os membros de sua equipe técnica de acordo com a Declaração que contem a relação dos profissionais do estabelecimento.

g) Quanto às exigências de qualificação técnico-profissional:

A empresa interessada deverá apresentar como comprovante da qualificação técnico profissional para prestação do serviço pretendido os documentos abaixo:

- Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do médico responsável com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em psiquiatria, bem como dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do(a) substituto(a) com a mesma qualificação;
- Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica dos profissionais que exercem a função de responsável técnico em suas respectivas categorias profissionais no estabelecimento, tais como farmacêutico(a), enfermeiro(a) entre outros.

- Declaração contendo a relação dos profissionais da equipe multiprofissional do estabelecimento, devendo esta ser minimamente composta conforme estabelecido na Portaria/GM Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, incluindo formação profissional, carga horária semanal e número de registro no Conselho de Classe de todos os profissionais relacionados:

CATEGORIA	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA
Médico - Clínica Médica	01	24 horas/dia a cada 60 leitos
Médico - Psiquiatria	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Enfermeiro	01 Diurno	12 horas/dia a cada 30 leitos
	01 Noturno	12 horas/dia a cada 60 leitos
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	02	24 horas/dia a cada 15 leitos
Psicólogo	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Assistente Social	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos
Terapeuta Ocupacional	01	40 horas/semanais a cada 30 leitos
Nutricionista	01	por Estabelecimento
Farmacêutico	01	por Estabelecimento
Educador Físico*	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos

Nota: * O profissional de Educação Física/ Educador Físico será opcional, exceto nos casos em que o estabelecimento possua academia ou piscinas em suas dependências, bem como realize atividades que exijam supervisão; nessas situações, a presença desse profissional torna-se obrigatória.

h) Manifestação sobre cotas ME/EPP:

Considerando o objeto da presente contratação, não é recomendado a aplicação de cotas para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Tal posicionamento fundamenta-se no fato de que o objeto deve ser prestado de forma integral e contínua, não sendo possível o seu parcelamento sem comprometer a qualidade, a eficiência e a responsabilidade técnica da execução contratual.

Dessa forma, recomenda-se a contratação integral do objeto por um único prestador, assegurando a plena execução e atendimento aos critérios técnicos estabelecidos.

i) Quanto a manifestação sobre a participação de consórcio/cooperativa:

A participação de consórcios não será admitida, dada a natureza singular do serviço. Tal vedação justifica-se pelo fato de que o objeto desta contratação não se enquadra às hipóteses de alta complexidade do serviço ou valores extremamente altos que justifiquem a necessidade de associação de empresas para essa pretensão.

É de se destacar, ademais, que qualquer empresa com as qualificações técnicas e econômico-financeiras exigidas é plenamente capaz de atender ao objeto do contrato, afastando os fundamentos autorizadores da utilização de consórcio;

No que se refere a participação de sociedade cooperativa, esta não será admitida devido à natureza específica do serviço, conforme disposto na Súmula nº. 281 do Tribunal de Contas da União:

"É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

- **Quanto a Garantia da contratação**

Em consonância com o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, e considerando a análise dos riscos inerentes ao objeto desta contratação, a Administração Pública, por meio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF), **decide não exigir a prestação de garantia contratual** para o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada.

Tal decisão está em consonância com o entendimento de que a exigência de garantia constitui faculdade da Administração, a ser adotada mediante avaliação criteriosa dos riscos envolvidos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União – TCU (Licitações e Contratos, item 5.11.2 – Garantias), bem como nos termos do Capítulo II da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a metodologia e os critérios técnicos para definição de percentual de cobrança de garantia contratual apresentada pela SAIS por meio do processo SEI nº 00060-00593450/2024-03, sendo validado por meio do Despacho SUSAM (ID 182037378), fica decidido que os contratos assistenciais complementares estão dispensados da exigência de garantia contratual. A decisão fundamenta-se, ainda, nos seguintes aspectos, em observância à faculdade conferida à Administração:

Natureza da Contratação e Avaliação de Riscos: O objeto da contratação consiste na prestação de serviços com quantitativos e valores estimados, sendo a remuneração restrita aos serviços efetivamente executados, e sem mobilização de mão de obra dedicada em tempo integral. A análise dos riscos potenciais à execução contratual, baseada no histórico de contratações similares e nas particularidades dos serviços assistenciais, não evidenciou grau de risco que justifique a exigência de garantia contratual.

Capacidade Econômico-Financeira dos Contratados: A comprovação de solidez e liquidez econômico-financeira da empresa, a ser aferida na fase de habilitação, configura medida adequada de mitigação de riscos, assegurando a capacidade das contratadas de cumprir seus compromissos contratuais.

Existência de Mecanismos Alternativos de Mitigação de Riscos: O contrato prevê outros mecanismos para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e para proteger a Administração em caso de inadimplemento, tais como a aplicação de descontos, penalidades (multas) e a possibilidade de retenções financeiras.

A dispensa da exigência de garantia contratual mostra-se adequada e alinhada aos princípios da economicidade e da eficiência, uma vez que não compromete a segurança da contratação. O instrumento contratual já prevê mecanismos suficientes de proteção ao interesse público, como a aplicação de penalidades, descontos e multas em caso de inadimplemento, além de outras obrigações e controles que asseguram o cumprimento das responsabilidades assumidas pela contratada.

A imposição de garantia acarretaria aumento de custos indiretos às instituições prestadoras, custos que, inevitavelmente, seriam refletidos nas propostas e no valor final das diárias, sem gerar benefício proporcional, dado o nível de risco identificado. Assim, a decisão pela não exigência de garantia contratual revela-se tecnicamente adequada, proporcional e alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência e da razoabilidade, preservando a segurança da contratação por meio das medidas de controle e fiscalização já previstas.

Justificativa Legal:

A presente decisão está em conformidade com o entendimento de que a exigência de garantia é uma faculdade da Administração, a ser exercida mediante análise criteriosa dos riscos envolvidos na contratação, conforme orientações do TCU e o disposto no Capítulo II da Lei nº 14.133/2021.

A presente dispensa de garantia não exime a Contratada da responsabilidade integral pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, sujeitando-a às sanções administrativas previstas em lei e no contrato em caso de inexecução ou descumprimento.

- **Quanto a Transição Contratual:**

Para garantir a continuidade da prestação dos serviços de internação compulsória, durante o período de substituição da empresa atualmente contratada por nova prestadora, deve-se assegurar a continuidade integral da assistência aos usuários em tratamento, de modo a evitar qualquer interrupção nos serviços ou prejuízo à execução das determinações judiciais vigentes. A transferência de pacientes ocorrerá somente após avaliação técnica da equipe de saúde da nova contratada para admissão dos usuários.

A contratada atual deverá disponibilizar à nova contratada todos os **registros clínicos, relatórios técnicos e informações operacionais** pertinentes, observadas as normas de sigilo profissional e a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)**. A nova contratada deverá garantir a guarda e o tratamento adequado dessas informações, mantendo a continuidade das ações terapêuticas em curso.

O período estimado para a transição será de até **15 (quinze) dias** a contar da assinatura do novo contrato, podendo ser ajustado conforme a complexidade dos serviços e o número de pacientes atendidos.

5. Levantamento de Mercado

Considerando a demanda de internação psiquiátrica compulsória para tratamento de transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial, ao usuário residente no Distrito Federal, seguem as soluções disponíveis no mercado, destacando que **não há**

precedentes no DF além do Contrato celebrado por esta Subsecretaria em 2018. Destacamos que alguns dos contratos abaixo foram estabelecidos para cumprir determinação judicial de um usuário específico*, enquanto outros, para atender demanda municipal**.

CIDADE	CONTRATADA	ANO DE CONTRATAÇÃO	OBJETO DE CONTRATAÇÃO	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR DA DIÁRIA	QUANTIDADE DE DIÁRIAS CONTRATADAS
BRASÍLIA/DF (6174475)**	CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL EIRELI - EPP.	fevereiro/2018	Contratação de serviço de diária de internação e remoção por estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.	R\$ 2.036.496,00	R\$ 169.708,00	R\$ 348,00	5.840
VOTORANTIM /SP* Fonte 13/01 /2023	CLÍNICA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA EIRELI.	janeiro/2021	Contratação de clínica especializada em tratamento de paciente dependente químico, em atendimento a mandato judicial.	R\$ 81.000,00	R\$ 13.500,00	R\$ 450,00	180
NOVO HORIZONTE /SP* Fonte 13/01 /2023	EMPRESA OLIVEIRAS CENTRO DE APOIO PSICOLÓGICO E TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL EIRELI.	junho/2022	Contratação de internação compulsória para tratamento psiquiátrico.	R\$ 34.800,00	R\$ 5.800,00	R\$ 193,33	180
NAZARÉ PAULISTA /SP* Fonte 13/01 /2023	CLÍNICA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA EIRELI.	setembro/2020	Contratação de serviço de acolhimento de internação em clínica psiquiátrica.	R\$ 27.800,00	R\$ 9.000,00	R\$ 500,00	90
COLINA/SP* Fonte 12/01 /2023	CLINICA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA EIRELI.	abril/2022	Contratação de prestação de serviços profissionais de internação psiquiátrica.	R\$ 88.650,00	R\$ 29.550,00	R\$ 985,00	90
SÃO JOSÉ DA LAPA/MG* Fonte 12/01 /2023	CLINICA TERAPÊUTICA AVIVA DE BETIM LTDA.	novembro/2020	Prestação de serviço de clínica especializada em tratamento e recuperação de pacientes dependentes químicos, psiquiátricos, em regime de internação voluntária, involuntário, e compulsória, para menores, adolescentes e adultos de ambos os sexos.	R\$ 70.800,00	R\$ 5.900,00	R\$ 196,00	365
ITANHANDU /MG** Fonte 12/01 /2023	CLINICA NEURO PSQUIATRICA DE ALFENAS LTDA.	setembro/2020	Contratação de clínica especializada para internação de paciente para tratamento de transtorno mental.	R\$ 22.800,00	R\$2.850,00	R\$ 95,00	240
SÃO MIGUEL ARCANJO/SP* Fonte 13/01 /2023	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS AMIGOS DO RECANTO RENASCER.	janeiro/2022	Contratação de prestação de serviços de internação para tratamento psiquiátrico de forma involuntária.	R\$ 31.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 172,22	180
JAGUARIÚNA /SP* Fonte 12/01 /2023	HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESTRELA DO AMANHECER EIRELI.	setembro/2022	Contratação de prestação de serviços de internação médica de paciente, adulto e do sexo masculino, para tratamento de dependência química e transtorno mental.	R\$ 25.650,0	R\$ 8.550,00	R\$ 285,00	90
VISTA ALEGRE DO ALTO/MG* Fonte 13/01 /2023	EMPRESA HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPÍRITA MAHATMA GANDHI.	novembro/2019	Contratação de clínica de para internação compulsória para tratamento psiquiátrico.	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 350,00	30

Justificativa da escolha:

Como parte das ações para o enfrentamento da dependência química, a estratégia proposta com base no levantamento de mercado é a modalidade de contratação de serviços de internação em clínicas especializadas.

Considerando que o agravamento da dependência química requer medidas efetivas da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, especialmente no atendimento às demandas judiciais relacionadas à internação compulsória. A ausência de estrutura adequada pode resultar em consequências adversas para os pacientes e gerar desafios legais para o DF.

A contratação de uma clínica especializada permitirá uma resposta ágil às demandas judiciais, adaptando-se aos prazos e à burocracia exigida nos processos legais. A flexibilidade é crucial no contexto da dependência química, considerando a urgência e imprevisibilidade desses casos. Contratar uma clínica especializada proporcionará uma resposta rápida e eficiente, contribuindo para evitar o agravamento das condições dos pacientes e possibilitar um tratamento mais efetivo.

Em resumo, na contratação de serviços para tratamento de dependência química, a flexibilidade e a capacidade de resposta imediata são fundamentais para atender às necessidades da população e garantir a eficiência das ações diante de desafios inesperados.

6. Descrição da solução como um todo

Descrição do objeto:

O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de diária de internação/ano por estabelecimento em saúde mental, destinado a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO
1	16543	Contratação de serviço de diária de internação em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.

Diária: a ocupação de um leito de internação por qualquer período de tempo, até no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

Destaca-se que a remoção do usuário até as dependências do estabelecimento de internação integra o próprio serviço contratado. Assim, a empresa é responsável por realizar o transporte seguro e adequado do usuário, desde o local em que ele se encontrar até a unidade de internação, observando rigorosamente as determinações judiciais e as normas técnicas aplicáveis. Ressalta-se, ainda que **não será realizado qualquer pagamento adicional para a realização dessa remoção.**

Detalhamento do Objeto:

Os serviços deverão ser executados por empresa, com experiência comprovada em assistência especializada e contínua em saúde mental, atuando de forma complementar à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

- **Quanto à estrutura física, serviços e fornecimento de itens necessários ao atendimento do paciente**

A empresa deve apresentar quatro (4) alas fisicamente separadas, com alojamentos distintos e com estruturas adequadas para a permanência dos usuários, respeitando a separação por faixa etária, sexo e identidade de gênero. **É vedada a permanência de adolescentes e adultos nas mesmas alas e alojamentos, bem como de adolescentes do sexo masculino com adolescentes do sexo feminino.** As alas devem estar organizadas da seguinte forma:

- Ala exclusiva para mulheres adultas;
- Ala exclusiva para adolescentes do sexo feminino;
- Ala exclusiva para homens adultos;
- Ala exclusiva para adolescentes do sexo masculino

É vedado o compartilhamento de ambientes entre adultos e menores ou entre pessoas de sexo distinto salvo em situações temporárias de comemorações, confraternizações e/ou atividades coletivas.

A empresa deverá manter controle e supervisão das alas.

A empresa deve disponibilizar as instalações físicas em conformidade com os ambientes estabelecidos no Art. 14, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, contemplando, no mínimo, os seguintes ambientes:

- **Alojamento:**
 - quarto coletivo com acomodações individuais e espaço para guarda de roupas e de pertences com dimensionamento compatível com o número de usuários e com área que permita livre circulação;

- banheiro para usuários dotado de bacia, lavatório e chuveiro com dimensionamento compatível com o número de indivíduos;
- Deve-se assegurar que cada alojamento possua estrutura mínima capaz de garantir segurança, privacidade, ventilação, iluminação, higiene e acessibilidade.
- **Setor de Reabilitação e Convivência:**
 - salas de atendimento individual;
 - salas de atendimento coletivo;
 - área para realização de atividades lúdico-terapêuticas;
 - área para prática de atividades físicas e/ou desportivas;
- **Setor Administrativo**
 - sala de recepção;
 - sala administrativa;
 - área para arquivo das fichas dos usuários;
 - sanitários para funcionários;
- **Setor de Apoio Logístico:**
 - cozinha;
 - refeitório;
 - lavanderia;
 - almoxarifado;
 - área para depósito de material de limpeza;
 - área para abrigo de resíduos sólidos.
- **Quarto:**
 - Dois lençóis adulto;
 - Fronha de travesseiro;
 - Travesseiro;
 - Cobertor antialérgico;
 - Toalha de banho;
 - Toalha de rosto.
- **Higiene pessoal:**
 - sabonetes;
 - shampoo;
 - escova de dente;
 - pasta de dente.

A empresa deverá possuir carrinho de emergência situado na sala de atendimento de intercorrências contendo todos os itens necessários para o atendimento, monitoramento e estabilização dos pacientes.

- **Quanto aos profissionais**

Manter recursos humanos em período integral, em número compatível com as atividades desenvolvidas, garantindo equipe médica 24 horas por dia, 7 dias por semana, conforme Art. 9º, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011;

Prestar assistência integral por equipe multiprofissional, por meio de atendimento individual e/ou coletivo, atividades físicas e/ou desportivas, e atividades lúdico-terapêuticas, garantindo o manejo terapêutico dos quadros de intoxicação aguda e abstinência do uso de álcool e outras drogas;

Prestar assistência por intermédio da equipe técnica multiprofissional, minimamente composta, conforme estabelecido na Portaria/GM N° 336, de 19 de fevereiro de 2002:

CATEGORIA	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA
Médico - Clínica Médica	01	24 horas/dia a cada 60 leitos
Médico - Psiquiatria	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Enfermeiro	01 Diurno	12 horas/dia a cada 30 leitos
	01 Noturno	12 horas/dia a cada 60 leitos
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	02	24 horas/dia a cada 15 leitos
Psicólogo	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos
Assistente Social	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos
Terapeuta Ocupacional	01	40 horas/semanais a cada 30 leitos
Nutricionista	01	por Estabelecimento
Farmacêutico	01	por Estabelecimento
Educador Físico*	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos

Nota: * O profissional de Educação Física/ Educador Físico será opcional, exceto nos casos em que o estabelecimento possua academia ou piscinas em suas dependências, bem como realize atividades que exijam supervisão; nessas situações, a presença desse profissional torna-se obrigatória.

Prestar assistência integral aos usuários, assegurando que a carga horária efetiva seja proporcional ao número de leitos ocupados em cada período de internação. As categorias profissionais previstas deverão permanecer disponíveis conforme a demanda, respeitando-se, no mínimo, a composição da equipe técnica multiprofissional exigida. Essa adequação visa assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de recursos humanos e a compatibilidade da estrutura de atendimento com as variações na ocupação dos leitos, considerando o pagamento por diárias e a natureza compulsória da internação.

Público alvo:

O público-alvo, escopo do objeto da contratação, são **usuários residentes no Distrito Federal**, adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química, bem como indicação clínica mediante relatório médico atualizado com indicação de internação.

Modo de execução - fluxo

- **Reunião de alinhamento**

Deverá haver reunião de alinhamento, em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da assinatura do contrato, entre a empresa contratada e os representantes da SES/DF (preposto da empresa, área demandante e área fiscalizadora), a fim de realizar alinhamento quanto a execução do contrato e o fluxo de prestação de contas.

- **Recebimento da Demanda Judicial pela SES**

A SUSAM por meio de sua gerência (GSAPSI) recebe a decisão judicial, via processo eletrônico (SEI), com o deferimento da tutela de urgência, determinando que o Distrito Federal promova a internação compulsória do usuário para tratamento psiquiátrico de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) em instituição especializada adequada a essa finalidade, junto ao relatório médico atualizado (até 90 dias), fundamentando a necessidade de internação do usuário para tratamento, emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina-CRM.

- **Crítérios para emissão da Ordem de Serviço (OS)**

1. Decisão judicial emitida por juiz competente, com o deferimento da tutela de urgência determinando que, o Distrito Federal promova a internação compulsória do usuário para tratamento psiquiátrico de transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA) em instituição especializada adequada a essa finalidade.
2. Relatório médico atualizado (até 90 dias) fundamentando a necessidade de internação do usuário para tratamento, emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina- CRM.

A Ordem de Serviço (Vide **Apêndice III** – Modelo da Ordem de Serviço) deverá ser emitida pela SUSAM através da Subcomissão de Fiscalização do Contrato e assinada pelo Gestor Técnico do contrato ou seu substituto por meio do SEI, autorizando a prestação do serviço de internação, bem como assinatura de acordo da Diretoria de Atenção Psicossocial (DAPSI). Após essas assinaturas, a OS será disponibilizada, por meio de assinatura externa no SEI, ao representante legal da empresa.

- **Recebimento da demanda pela empresa contratada**

A contratada deverá atestar o recebimento da Ordem de Serviço (OS), assinada pelo Gestor do Contrato, em conjunto com a Diretoria de Atenção Psicossocial (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI), mediante assinatura via SEI através da liberação para assinatura externa que será efetivada e disponibilizada pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após sua disponibilização, informando que recebeu a demanda autorizando a execução do serviço e demonstrando estar ciente das condições estabelecidas no contrato.

- **Início do processo de admissão e internação do paciente**

Após a assinatura da ordem de serviço, a contratada deverá:

Contatar o responsável legal do usuário para conduzi-lo ao estabelecimento especializado em saúde mental ou providenciar a remoção de usuário residente no Distrito Federal, exclusivamente dentro dos limites territoriais do DF, para o estabelecimento contratado, sempre que o responsável legal, declarar, por meio da assinatura da “Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do Usuário ao Estabelecimento Contratado”, que não possui condições de realizar a remoção por conta própria, de forma que a efetivação da internação se dê no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após ser notificada pela CONTRATANTE;

Informar a CONTRATANTE por meio de “Relatório de Execução” para cada tentativa ou efetivação da Ordem de Serviço de internação compulsória, contendo a hora, o local, a(s) diligência(s) e o(s) contato(s) efetuado(s), e enviar para a CONTRATANTE no prazo de até 3 (três) dias corridos após a busca;

Iniciar o período de diárias por ocupação de leito a partir do momento da internação do usuário;

No momento da admissão, a CONTRATADA deverá realizar a apresentação do procedimento de internação ao usuário e/ou responsável legal, explicando de forma clara e objetiva as rotinas institucionais e os procedimentos relacionados a visitas e formas de contato com familiares.

Após a definição do Projeto Terapêutico Individual, a equipe multiprofissional deverá iniciar o registro sistemático da evolução clínica, social e terapêutica do usuário, consolidando essas informações em Relatório Multiprofissional. Esse relatório, que deverá ser elaborado por médico e profissional de nível superior, acompanhará o desenvolvimento do tratamento ao longo da internação do usuário e deverá conter o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica medicamentosa e a abordagem familiar;

O prazo máximo de internação estabelecido será de até 45 (quarenta e cinco) diárias, podendo ser prorrogado, se necessário, por igual período, conforme evolução clínica do quadro que motivou a internação, mediante reavaliação por um médico e um profissional de nível superior da equipe multiprofissional, pertencentes ao quadro de pessoal da SES-DF, lotados no CAPS de referência, não ultrapassando 90 diárias por usuário no período.

Excepcionalmente a avaliação de prorrogação poderá ser realizada por um médico e um profissional de nível superior da equipe multiprofissional de referência da CONTRATADA, quando indicada a inviabilidade de avaliação pela equipe do CAPS dentro do prazo estipulado. Nesses casos, deverá ser elaborado Relatório Médico solicitando prorrogação, apresentando o histórico do paciente, evolução do quadro clínico durante o período de internação, medicações prescritas e indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para o plano de alta.

- **Quanto à alta**

A alta do paciente será autorizada mediante avaliação médica observando critérios técnicos definidos em Projeto Terapêutico Individual (PTI), respeitado o prazo máximo contratual estabelecido.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório Médico de Alta, contendo histórico clínico, evolução do quadro clínico durante a internação, medicações prescritas, indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para a alta da internação;

Deverá preparar o usuário para a alta e garantir a articulação com o CAPS de referência do usuário, formalizada por meio de encaminhamento documentado, assegurando a continuidade do cuidado em serviços comunitários da Rede de Atenção Psicossocial;

Deverá orientar o paciente e/ou familiares quanto ao plano de continuidade do cuidado, incluindo acompanhamento psicossocial e adesão medicamentosa, quando indicado.

- **Quanto a não efetivação da internação**

Caso não seja possível efetivar a internação, fornecer “Relatório de Execução” à CONTRATANTE informando que não foi possível efetivar a internação, devendo a CONTRATANTE comunicar os órgãos judiciais para as devidas providências.

Caso o usuário não seja localizado pela CONTRATADA dentro do prazo de 7 (sete) dias, a Ordem de Serviço será considerada expirada, sem efeito e automaticamente invalidada.

Caso o usuário venha a ser localizado após o prazo estabelecido, seja por iniciativa da família, por comparecimento espontâneo à clínica ou por qualquer outra forma que não envolva ação direta da CONTRATADA após o vencimento do prazo, caberá à CONTRATANTE, se ainda houver interesse no atendimento, emitir uma nova Ordem de Serviço para dar continuidade ao processo, desde que o relatório médico emitido esteja dentro do prazo de 90 dias.

- **Quanto às intercorrências**

A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE e ao responsável legal do paciente qualquer intercorrência clínica relevante ou transferência para outra unidade de saúde, bem como as medidas adotadas para estabilização do quadro;

Em casos de contenção, deverá ser adotado o procedimento previsto no Protocolo de Segurança do Paciente e o Protocolo de Manejo da Agitação Psicomotora da SES/DF adequando-se as particularidades do serviço, além das “Fichas de Contenção”, conforme descrito nas Obrigações da Contratada, garantindo o preenchimento integral, assinaturas dos profissionais responsáveis e inserção no prontuário do paciente;

Nos casos que demandem atendimento hospitalar especializado, caberá à CONTRATADA providenciar a remoção do paciente, garantindo a continuidade do tratamento após a alta hospitalar;

Todas as intercorrências deverão ser adequadamente registradas em prontuário.

- **Quanto à evasão do paciente:**

A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à SES/DF e ao responsável legal do paciente qualquer ocorrência de evasão, registrando o fato em Relatório de Notificação de Evasão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido.

Persistindo a ausência do paciente por período superior a 24 (vinte e quatro) horas, a contratada deverá registrar Boletim de Ocorrência junto à autoridade policial competente e encaminhar cópia do documento à contratante de forma imediata.

Deverá adotar medidas de busca ativa em articulação com os órgãos de segurança, família e com o CAPS de referência.

Adicionalmente, informa-se que todas as ocorrências de evasão deverão ser consolidadas em relatórios mensais encaminhados à CONTRATANTE, para fins de acompanhamento da execução contratual e eventual adoção de medidas administrativas.

Obrigações da contratada:

Articular com os serviços de base comunitária, Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, no tratamento dos usuários e familiares durante o período de internação para a continuidade da assistência em saúde após a alta do estabelecimento, podendo ser realizada por discussão dos casos e relatórios multiprofissionais;

Elaborar Projeto Terapêutico Individual para os usuários internados, considerando as demandas individuais avaliadas pela equipe de referência da CONTRATADA e pela equipe multiprofissional do CAPS;

Orientar de forma clara o usuário e/ou o responsável legal sobre o processo de admissão, o Projeto Terapêutico a ser desenvolvido durante o período de internação, bem como as normas e rotinas da instituição, incluindo critérios relativos a visitas e à comunicação com familiares;

Assegurar que as visitas de familiares ou responsáveis legais possam ser realizadas tanto durante a semana quanto aos finais de semana, conforme a disponibilidade e possibilidade da família, garantindo condições adequadas para o encontro, de forma a não restringir as visitas apenas aos finais de semana;

Garantir o atendimento diário ao usuário por, no mínimo, um profissional da equipe técnica do estabelecimento, de acordo com o Projeto Terapêutico Individual;

Garantir, ao longo do período de internação, articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de ordem a contemplar as demandas pessoais, sociais, familiares, de saúde e educacionais do usuário;

Preparar o usuário para a alta da internação, garantindo sua referência para a continuidade do tratamento em serviço de referência comunitária, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, com programa de atenção compatível com sua necessidade e sempre com o objetivo de promover a reintegração social e familiar;

Elaborar Relatório Médico de Alta, apresentando o histórico do paciente, evolução do quadro clínico durante todo o período de internação, inclusive no período de prorrogação, quando houver, medicações prescritas e indicação terapêutica com detalhamento das ações realizadas para a alta da internação;

Prestar assistência integral por equipe multiprofissional, por meio de atendimento individual e/ou coletivo, atividades físicas e desportivas, e atividades lúdico-terapêuticas podendo oferecer, como parte das atividades, o uso de instalações físicas voltadas à prática de atividades físicas ou recreativas, tais como piscinas, academias com aparelhos de musculação, quadras esportivas, áreas de lazer ou similares;

Garantir a permanência do usuário em regime de internação de 24 horas por dia, ininterruptamente, durante o período de tratamento, com ou sem o seu consentimento, conforme determinação judicial;

Realizar ou ofertar treinamentos de educação continuada à equipe, de forma a capacitar cada agente de serviço, deixando-o apto a realizar suas atividades. Os treinamentos estarão sob a responsabilidade da CONTRATADA e devem abranger:

- Normas de segurança previstas em atos legais e normativos;
- Boas Práticas e Prevenção de Maus-Tratos;
- Processos de trabalho assistenciais alinhados com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental e de Segurança do Paciente;
- Os treinamentos realizados deverão ser documentados e apresentados à SES/DF;

Disponibilizar as instalações físicas, conforme os ambientes definidos no Art. 14, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011, minimamente com os ambientes indicados na Descrição da solução como um todo.

Manter as instalações físicas dos ambientes externos e internos em boas condições de conservação, segurança, organização, conforto e limpeza, segundo o Art. 12, da RDC nº 29, de 30 de junho de 2011;

Realizar manutenções preventivas e corretivas periódicas de todos os equipamentos disponíveis, mantendo a documentação comprobatória dessas manutenções.

Interditar os equipamentos danificados, estruturas comprometidas ou condições insalubres que representem riscos à integridade física dos usuários até sua devida regularização. A omissão ou negligência na manutenção, que venha a resultar em acidentes, lesões, doenças ou qualquer tipo de dano físico ou material, será de inteira responsabilidade da contratada, inclusive quanto à indenização por danos causados a terceiros, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e/ou legislação vigente.

Disponibilizar para cada usuário, durante o período de internação o enxoval de internação e de higiene pessoal, sendo vedada a cobrança dos itens ou qualquer taxa ao usuário ou sua família.

Fornecer alimentação completa, variada e nutricionalmente equilibrada, dividida em seis refeições diárias, que são: desjejum, colação, almoço, lanche, jantar e ceia, observando rigorosamente as necessidades nutricionais, restrições alimentares e possíveis comorbidades de cada usuário;

É obrigatória a oferta de cardápios diversificados, incluindo variação de fontes de proteína animal e/ou vegetal, carboidratos, legumes, verduras, frutas e demais grupos alimentares, sendo vedado o fornecimento repetitivo e contínuo de um único tipo de alimento ou fonte proteica;

A contratada deverá apresentar mensalmente o cardápio elaborado por nutricionista responsável, permitindo ao contratante verificar a diversidade dos alimentos fornecidos. O descumprimento desta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas neste contrato;

Fornecer os medicamentos necessários ao tratamento de dependência de substâncias psicoativas, ficando a cargo do estabelecimento a responsabilidade quanto à prescrição, dispensação, administração, controle e guarda dos medicamentos, sendo vedada a cobrança de qualquer taxa ao usuário ou sua família;

Privilegiar o uso dos medicamentos disponíveis na Rede Pública de Atenção à Saúde, facilitando a continuidade do tratamento medicamentoso após alta da internação;

Fornecer insumos, equipamentos, materiais e demais itens necessários para a adequada execução das atividades, assegurando o pleno atendimento às necessidades dos usuários;

Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do usuário ao estabelecimento da CONTRATADA para o cumprimento da determinação de internação para tratamento de dependência química em estabelecimento especializado, bem como aos demais serviços da rede de saúde do Distrito Federal, quando os usuários apresentarem intercorrências clínicas decorrentes ou associadas ao uso ou privação de SPA. Isso inclui ainda, os casos em

que apresentarem outros agravos à saúde, que necessitem de tratamento hospitalar de caráter ininterrupto e indispensável (por exemplo: quimioterapia, radioterapia, pré-natal);

Comunicar imediatamente à SES e à família do paciente qualquer caso de intercorrência clínica ocorrida com o usuário dentro do estabelecimento, bem como qualquer transferência realizada para qualquer unidade de saúde;

Manter carrinho de emergência devidamente equipado situado na sala de atendimento de intercorrências, contendo todos os itens necessários para o atendimento, monitoramento e estabilização dos pacientes;

Permitir o acesso da equipe de fiscalização do contrato da SES bem como do médico e do profissional de nível superior da equipe multiprofissional, pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, lotados no CAPS AD, CAPS i ou CAPS I de referência do usuário, aos registros e prontuários, e aos usuários internados, para realizar avaliação e acompanhamento durante o período de internação, com registro no prontuário SES/DF do usuário, visando a construção e fortalecimento do vínculo com o serviço de saúde mental da Rede de Atenção à Saúde da SES/DF;

Fornecer mensalmente à SES/DF de forma individual, junto à Nota Fiscal, Atendimento Terapêutico Familiar, Ordens de Serviço, Ordens de Serviço de Prorrogação, Documento de identificação do usuário, Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica medicamentosa e a abordagem familiar, o Espelho da Fatura, Discriminação das despesas médico-hospitalares (quantidade de diárias e valores), Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do usuário a clínica, Declaração do Responsável /familiar dando ciência de que a internação é custeada pela SES/DF.

Apresentar, no prazo de 15 dias após a assinatura do contrato, o Protocolo de Segurança do Paciente e o Protocolo de Manejo da Agitação Psicomotora alinhados com os protocolos da SES/DF, visando um atendimento humanizado e seguro, especialmente nos casos que envolvam contenção física, mecânica e farmacológica dentro do estabelecimento bem como as contenções realizadas fora do estabelecimento nos casos de evasão, visando a readmissão dos usuários ao tratamento no estabelecimento. Os referidos protocolos estarão sujeitos a avaliação da equipe técnica da Subsecretaria de Saúde Mental bem como dos setores competentes da SES DF cuja área técnica considere necessária a avaliação.

Apresentar o(s) modelo(s) da(s) Ficha(s) de Contenção. As fichas deverão ser compostas por no mínimo: justificativa da contenção utilizada, tempo de duração, profissionais responsáveis com as devidas assinaturas, registro de avaliação posterior da conduta. As Fichas de Contenção deverão ser obrigatoriamente preenchidas, assinadas e inseridas no prontuário do paciente sempre que a contenção for realizada, como forma de garantir a rastreabilidade, responsabilização e respeito aos direitos dos pacientes.

Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento de todas as leis federais, estaduais, distritais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo responsável pelas infrações que venham a ser cometidas;

Assumir inteira responsabilidade por todas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, tributária, fiscal, administrativa e civil, decorrentes da execução do contrato, inclusive aquelas oriundas de atos de seus empregados, prepostos, subcontratados ou terceiros a ela vinculados, não cabendo transferência da inadimplência ou qualquer responsabilidade por seu pagamento ao Distrito Federal. A contratada poderá ser solicitada a apresentar documentação comprobatória.

Arcar com todos os encargos decorrentes de relações de trabalho mantidas com seus colaboradores, tais como salários, férias, 13º salário, encargos previdenciários (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), auxílio transporte e alimentação, adicionais legais, bem como eventuais indenizações trabalhistas ou reclamações judiciais, mesmo que propostas após o término da vigência contratual;

Responder por quaisquer denúncias, fiscalizações, autuações ou penalidades administrativas oriundas de órgãos de controle (tais como Ministério Público, Tribunal de Justiça, Receita Federal, etc.) decorrentes de condutas irregulares praticadas durante a vigência do contrato;

Arcar com eventuais prejuízos causados à Administração Pública em razão de descumprimento das obrigações, inclusive condenações judiciais solidárias, ensejarão o ressarcimento integral ao erário, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas à prestação dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos serviços prestados, bem como pela segurança de seus empregados;

Notificar à CONTRATANTE qualquer irregularidade ocorrida durante a execução dos serviços. Caso a situação exija, a CONTRATADA deve acionar os órgãos competentes;

Não possuir, manter ou utilizar espaços restritivos, punitivos, disciplinadores ou quaisquer ambientes similares destinados ao isolamento ou punição de usuários, garantindo que todas as práticas estejam alinhadas aos princípios de dignidade, segurança, acolhimento e respeito aos direitos humanos;

Manter atualizado o cadastro do estabelecimento de saúde no SCNES/MS (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde). Entende-se por CNES atualizado os registros de todas as alterações relativas a profissionais, equipamentos, leitos, serviços do estabelecimento contratado, e os terceiros (prestadores de serviços assistenciais) da credenciada.

Modalidade de contratação:

A contratação com prestador interessado em ofertar o serviço para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal será por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço pelo item.

Quanto a fiscalização contratual:

Os gestores e fiscais do contrato de serviços complementares serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, nos moldes da Portaria nº 460, de 02 de outubro de 2024. A designação atende o art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexados ao processo SEI vinculado a esta contratação, as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

Ressalta-se que a fiscalização será exercida pela Subcomissão de Fiscalização de Contratos Complementares de Internações Compulsórias (SUB-COMP), já instituída atualmente, composta por gestor(a) técnico(a) e por fiscais técnicos(as) da SUSAM. Essa estrutura poderá ser mantida ou ajustada conforme as novas designações dos integrantes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O último contrato vigente previu, inicialmente, a quantidade de 5.852 (cinco mil oitocentos e cinquenta e duas) diárias. Conforme tabela abaixo, é possível identificar que o número de encaminhamentos para internações compulsórias têm aumentado progressivamente, com um leve declínio em 2020 e 2021, em razão do início da pandemia por COVID-19. Desta forma, foi necessária a complementação no número de diárias previstas por ano de Contrato, com acréscimo de 25%, para garantir o cumprimento das determinações judiciais e a devida assistência à saúde dos usuários, chegando à quantidade de 7.316 (sete mil e trezentos e dezesseis) diárias de internação.

Considerando o aumento significativo da demanda de internação compulsória nos últimos anos, a quantidade de diárias utilizadas tem sido superior ao quantitativo contratado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

PERÍODO	DIÁRIAS CONTRATADAS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	DIÁRIAS UTILIZADAS
1º ano (2018-2019)	5.852	Diária	5.473
2º ano (2019-2020)	7.316	Diária	8.314
3º ano (2020-2021)	7.316	Diária	6.633
4º ano (2021-2022)	7.316	Diária	7.933
5º ano (2022-2023)	7.316	Diária	10.685
6º ano (2023-2024)	7.316	Diária	10.518

Além disso, observou-se um aumento considerável do número de diárias executadas no ano de 2024, especialmente a partir do mês de julho, com crescimento aproximado de 50% em relação à média dos meses anteriores, conforme apresentado no detalhamento a seguir:

	Ano		
Mês	2023	2024	2025
Janeiro	1139	1008	1076
Fevereiro	1140	951	937

Março	1326	1076	1021
Abril	1083	1065	942
Maio	1049	1248	1097
Junho	900	1154	1273
Julho	938	1499	1467
Agosto	846	1600	-
Setembro	731	1526	-
Outubro	827	1.395	-
Novembro	872	1093	-
Dezembro	1025	1183	-

Utilizou-se como base para estimativa das quantidades de diárias a serem contratadas a média mensal de internações compulsórias no período de agosto de 2024 a julho de 2025, que correspondeu a 1.217 diárias por mês. Esse valor resulta em um total anual estimado de **14.604 diárias**.

Cabe destacar que a quantidade de internações compulsórias é instável, uma vez que depende de determinações judiciais, o que pode gerar oscilações significativas na demanda. Observa-se, inclusive, uma tendência de aumento nos últimos meses.

Considerando essa variabilidade e a necessidade de garantir capacidade de resposta adequada, foi aplicada uma folga operacional de 5%, correspondente a 730 diárias adicionais. Assim, o total estimado para fins de contratação é de **15.334 diárias de internação compulsória por ano**.

Ressalta-se que as internações previstas na contratação são de caráter compulsório, ou seja, determinadas pela Justiça. Portanto, a estimativa de diárias deve ser compatível com o cenário atual da demanda e refletir o volume real de internações esperado, a fim de evitar o descumprimento de decisões judiciais ou despesas que ultrapassem a cobertura contratual, prezando pela execução adequada do objeto e a continuidade da prestação do serviço.

A estimativa de diárias de internações necessárias segue as seguintes diretrizes:

- Média de diárias de internação compulsória de agosto de 2024 a julho de 2025: 1.217 diárias
- Média anual das diárias utilizadas: 14.604 diárias
- Folga operacional de 5%: 730 diárias

TOTAL DE DIÁRIAS DE INTERNAÇÃO ANUAL PREVISTA: 15.334.

Este número refere-se ao total de diárias contratadas e não ao número de leitos, pois o pagamento é por diárias de internação, não tendo quantitativo de leitos fixos estabelecidos. A quantidade de dias de internação pode variar de usuário para usuário, com alguns necessitando de menos ou mais dias.

Objeto	Unidade de medida	Total diárias MENSAL	Total diárias ANUAL
Diárias de internação compulsória	Diária	1.217 diárias	15.334 diárias

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.510.049,70

Valor estimado da contratação é de **R\$ 6.510.049,70**.

A estimativa da contratação foi realizada com base na média de valor encontrada a partir do levantamento de mercado, o qual considerou os contratos firmados por outros órgãos a partir de 2021, e o valor do último contrato vigente na SES nº 10/2018, com o mesmo objeto dessa pretensa contratação.

CIDADE	CONTRATADA	ANO DE CONTRATAÇÃO	VALOR DA DIÁRIA	QUANTIDADE DE DIÁRIAS CONTRATADAS
VOTORANTIM /SP* Fonte 13/01/2023	CLÍNICA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA EIRELI.	Janeiro/2021	R\$ 450,00	180
NOVO HORIZONTE /SP* Fonte 13/01/2023	EMPRESA OLIVEIRAS CENTRO DE APOIO PSICOLÓGICO E TRATAMENTO EM SAÚDE MENTAL EIRELI.	Junho/2022	R\$ 193,33	180
COLINA/SP* Fonte 12/01/2023	CLINICA BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA EIRELI.	Abril/2022	R\$ 985,00	90
SÃO MIGUEL ARCANJO/SP* Fonte 13/01/2023	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS AMIGOS DO RECANTO RENASCER.	Janeiro/2022	R\$ 172,22	180
JAGUARIÚNA /SP* Fonte 12/01/2023	HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESTRELA DO AMANHECER EIRELI.	Setembro/2022	R\$ 285,00	90
Contrato nº 10 /2018 SES/DF	CLÍNICA RECANTO DE ORIENTAÇÃO PSICOSSOCIAL EIRELLI - EPP,	2023	R\$ 461,77	7316
VALOR MÉDIO			R\$ 424,55	

VALOR MÉDIO DA DIÁRIA	QUANTIDADE DIÁRIAS ANUAL	VALOR TOTAL DIÁRIAS ANUAL
R\$ 424,55	15.334	R\$ 6.510.049,70

Os valores estimados acima foram levantados com base em média simples, para haver uma noção do valor da contratação, porém, haverá pesquisa de preços com base nos parâmetros estabelecidos na lei n.º 14.133/2021 em etapa posterior, a ser realizada pela Gerência de Pesquisa de Preços - SES /SECCIC/SUCOMP/DIAQ/GEPP.

Para efeitos de pagamento, deverá ser enviado pela empresa as seguintes documentações:

- Apresentação da prestação de contas por paciente, onde conste o Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica medicamentosa e a abordagem familiar;
- Apresentação da Nota fiscal referente as diárias utilizadas;
- Espelho da fatura;
- Atendimento Terapêutico Familiar por paciente;
- Ordens de Serviço por paciente;
- Ordens de Serviço de Prorrogação por paciente;
- Documento de identificação do usuário;
- Discriminação das despesas médico-hospitalares (quantidade de diárias e valores);
- Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do usuário a clínica;
- Declaração do Responsável /familiar dando ciência de que a internação será custeada pela SES/DF.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Dada a natureza do serviço, não se mostra viável o parcelamento em lotes, uma vez que tal medida poderia comprometer a uniformidade do tratamento, a integralidade da assistência e a continuidade do cuidado prestado. O fracionamento poderia dificultar o acompanhamento clínico integrado e ocasionar descontinuidade terapêutica, o que se mostra incompatível com os princípios da equidade e da integralidade no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Adicionalmente, a manutenção do objeto em item único contribui para a eficiência administrativa, ao evitar a pulverização de fornecedores e a fragmentação de responsabilidades, assegurando maior economicidade e melhor gestão contratual.

Assim, conclui-se que o não parcelamento do objeto é medida necessária para garantir qualidade, isonomia e efetividade na prestação dos serviços de internação.

ITEM	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO
1	16543	Contratação de serviço de diária de internação em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Neste estudo, não foi identificada a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao Plano Distrital de Saúde (PDS)- 2024-2027, através da Diretriz: Redes de Atenção à Saúde e atendimento ao Objetivo: Promover a qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, com foco na ansiedade, depressão e uso abusivo de álcool, tabaco e outras drogas.

A demanda da contratação foi incluída no levantamento das necessidades para composição do Plano Anual de Compras e Contratações - PCA 2026.

Programa de trabalho: 10.302.6202.4056.0001, DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA FOMENTO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE - SES -DF.

Natureza de despesa: 339.039

Fonte de Recursos: 100

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID)	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE PREVISTA DA COMPRA / CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE PREVISTA NO PCA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO NO PCA	VALOR TOTAL ESTIMADO NO PCA
1	Não se aplica	16543	21756	Contratação de serviço de diária de internação em estabelecimento especializado em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.	15.334 diárias	15.334 diárias	R\$ 424,55	R\$ 6.510.049,70

Para o PCA de 2026, foram cadastrados os quantitativos integrais referentes ao período de 12 meses.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A pretensa aquisição possibilitará a oferta de diárias de internação/ano por estabelecimento em saúde mental, destinadas a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação compulsória para o tratamento de dependência química a usuário residente no Distrito Federal.

O serviço será prestado exclusivamente a usuários residentes no Distrito Federal, uma vez que se destina ao cumprimento de mandados judiciais de internação compulsória emitidos pelo Poder Judiciário local, no âmbito das políticas públicas de saúde e assistência destinadas à população do DF.

Resultados pretendidos com a contratação:

- Celeridade e efetividade no cumprimento de todas as reiteradas decisões judiciais para internação de pessoas com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas;
- Oferta de tratamento em ambiente seguro e supervisionado, que proporcione condições adequadas para o processo de desintoxicação, redução de riscos associados à abstinência e prevenção de comportamentos autodestrutivos;
- Garantia da continuidade do cuidado, com acompanhamento multiprofissional e integração com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), respeitando a legislação de saúde mental e os direitos das pessoas em tratamento;
- Evitar a desassistência e riscos de responsabilização do ente público pelo não cumprimento das decisões judiciais.
- Cumprimento das normas regulatórias.

Resultados pretendidos quanto à economicidade:

- Otimização dos recursos públicos, mediante contratação planejada e unificada, em substituição a soluções fragmentadas ou emergenciais;
- Redução de custos diretos e indiretos para a Administração, ao prevenir sequestros judiciais de verbas e diminuir despesas indenizatórias não previstas;

- Previsibilidade orçamentária e financeira, com estimativa de diárias fundamentada na média histórica de internações, permitindo melhor planejamento e execução da despesa.

Critérios de Medição do Resultado

Conforme a Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, emitida pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da Contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho, desta forma, os critérios de aferição de resultados deverão ser preferencialmente dispostos na forma de Instrumentos de Medição de Resultado.

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento, sendo que um dos seus principais objetivos é a busca da eficiência com o estabelecimento de procedimentos e condições que permitam e estimulem a melhoria constante dos serviços prestados.

Os IMR são uma disposição, pactuada entre a Contratante e a Contratada, que definem critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos, subsidiando a fiscalização técnica do contrato, para aferição da qualidade da prestação dos serviços e bem como a aplicação de sanções contratuais cabíveis.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

O IMR deverá subsidiar a fiscalização técnica do contrato, para aferição do nível de qualidade da prestação dos serviços e bem como a aplicação de sanções contratuais cabíveis. Para essa contratação, será avaliado os critérios abaixo:

- 1. Conservação adequada do estabelecimento:** Este critério de análise mede o grau de adequação das condições físicas, ambientais e operacionais da instituição, com base em verificação direta da limpeza, organização, funcionalidade dos ambientes e conservação estrutural mínima, essenciais ao acolhimento e bem-estar dos usuários.
- 2. Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento:** Este critério de análise mede a frequência com que os pacientes deixam a clínica de internação compulsória para dependência química sem autorização e se está ocorrendo o registro e notificação correta dessas evasões. O objetivo é avaliar a eficácia das medidas de segurança e monitoramento, bem como a adequação dos cuidados prestados aos pacientes.
- 3. Percentual de Plano Terapêutico Individual mensal elaborado:** Este critério de análise visa avaliar a eficácia, qualidade e regularidade na elaboração dos Planos Terapêuticos, permitindo verificar as atualizações, participação da equipe e do usuário na elaboração, se possuem metas objetivas e registram resultados alcançados, servindo como ferramenta de monitoramento, avaliação e melhoria contínua do cuidado prestado.
- 4. Percentual de Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários:** Este critério de análise visa avaliar o processo de transição do paciente após a alta do tratamento, verificando se a contratada elaborou o plano de alta devidamente articulado e compartilhado junto ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de referência para todos os pacientes internados.
- 5. Percentual de contatos e ações de articulação com a família/responsável legal:** Este critério de análise objetiva avaliar o envolvimento da família ou do responsável legal no processo de tratamento do usuário, medindo a proporção de pacientes para os quais houve articulação efetiva com a família ou o responsável legal durante o período mensal de atendimento.
- 6. Percentual de adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos:** Este critério de análise pretende monitorar e avaliar a aplicação de protocolos, procedimentos e condutas que garantam a integridade física e emocional dos usuários, prevenindo situações de negligência, violência, abuso ou qualquer outra forma de tratamento desrespeitoso, servindo como uma ferramenta da gestão da qualidade, possibilitando identificar falhas, reforçar capacitações, implementar medidas preventivas e assegurar que o cuidado prestado esteja alinhado com os princípios éticos, legais e de direitos humanos.

Cabe à fiscalização a aplicação do relatório de análise do IMR em visitas à instituição contratada, utilizando os critérios estabelecidos no quadro abaixo, garantindo maior transparência, padronização e objetividade na avaliação da prestação dos serviços, contribuindo diretamente para a boa gestão contratual e o alcance dos resultados esperados:

Indicador	Item Verificado	Critério de Verificação	Pontuação
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Ambientes internos limpos e organizados (salas, corredores, recepção)	Ambientes higienizados e organizados	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Banheiros limpos, com sanitários funcionais e insumos	Todos os itens disponíveis e em uso	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Cozinha e refeitório limpos, com organização mínima (sem acúmulo de lixo, restos de comida expostos)	Organização e higiene adequadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
	Quartos com camas individuais em	Todas as camas e colchões em	1 ponto / 0,5

1 - Conservação adequada do estabelecimento	bom estado	bom estado	ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Roupas de cama limpas e disponíveis	Para todos os usuários	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Ventilação adequada com ausência de mofo, infiltrações ou bolor visível	Ambientes salubres, ventilados e sem mofo	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Iluminação funcional e adequada nos ambientes	Circulação de luz natural /artificial funcional	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Área externa limpa e livre de entulhos ou materiais perigosos	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Ausência de sinais evidentes de infestação de pragas	Sem sinais	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Armazenamento seguro de produtos de limpeza e medicamentos	Em local separado, seguro e identificado	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Lixo acondicionado corretamente e coleta regular	Presença de lixeiras com tampa e coleta visível	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
1 - Conservação adequada do estabelecimento	Condições básicas de acessibilidade nos espaços comuns	Acessibilidade garantida nos ambientes principais, com corrimãos, rampas (se necessário)	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
2-Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento	Relatório com registro de evasões ocorridas no período	Relatórios completos e consistentes	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
2-Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento	Notificação correta das evasões a SES, familiares e autoridades judiciais em sistema oficial	Comunicadas à SES, familiares, autoridades judiciais e documentadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
2-Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento	Frequência de evasões ocorridas	Nenhuma evasão no mês= 1 ponto Ocorrência de evasão= 0 ponto	1 ponto/0 ponto
3- Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	Existência de PTS individual para cada usuário	Registrado no prontuário	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
3- Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	Atualização mensal do plano	Reavaliação a cada 45 dias ou conforme evolução clínica	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
3- Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	Participação multiprofissional no plano	Assinaturas/registro de vários profissionais	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
3- Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	Inclusão de metas objetivas e alcançáveis	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
3- Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	Registro do nível de adesão do plano pelo usuário	Observações claras sobre participação	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
4- Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários	Elaboração do plano de alta e encaminhamento formal ao CAPS de referência antes da saída do paciente	Registro/confirmação documental com data anterior à alta	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
4- Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários	Orientações dadas ao paciente e/ou familiar	Registro de orientações ou assinatura de recebimento	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
5- Contatos e ações de articulação com a família /responsável legal	Reunião familiar registrada em prontuário	Assinaturas ou registros de presença	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
5- Contatos e ações de articulação com a família /responsável legal	Contato com familiar/responsável em momentos-chaves	Ligação, reunião ou visita documentada	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
5- Contatos e ações de articulação com a família /responsável legal	Fornecimento de orientações sobre a admissão dos usuários, período de internação e cuidado pós alta.	Registro de entrega ou explicação	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Tratamento respeitoso e não discriminatório por parte da equipe	Observações diretas e relatos sem registros de linguagem ofensiva	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Existência de canal para denúncia de maus-tratos acessível aos pacientes	Caixa de sugestões, contato com Ouvidoria, mediador etc.	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Registro e apuração de todas as queixas relacionadas a maus-tratos	Documentação formal com providências adotadas	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de	Realização de rodas de conversa ou		1 ponto / 0,5

maus-tratos	escutas qualificadas com os usuários	Frequência mensal registrada	ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Sinais de negligência, punição ou isolamento indevido dos pacientes	Ausência de práticas como castigo, falta de atenção, exclusão	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Preservação da privacidade em atendimentos e cuidados pessoais	Sim	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Não ocorrência de contenção física sem justificativa técnica	Indicação médica e preenchimento da(s) Ficha(s) de Contenção	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Relacionamento interpessoal respeitoso entre equipe e usuários	Observações, entrevistas ou feedback dos usuários	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto
6- Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	Comprovantes e/ou registros de capacitação da equipe	Comprovante e/ou registros	1 ponto / 0,5 ponto / 0 ponto

O Fiscal Técnico deverá levantar o resultado dos indicadores e preencher o resumo abaixo:

	Indicadores	Conforme	Parcialmente conforme	Não conforme
1.	Conservação adequada do estabelecimento	12	8 a <12	<8
2.	Registro e notificação de evasões ocorridas no período por usuários internados pela SES durante o tratamento no estabelecimento	3	2 a <3	<2
3.	Plano Terapêutico Individual mensal elaborado	5	3 a <5	<3
4.	Plano de Alta articulado com o CAPS de referência dos usuários	2	1,5	<1,5
5.	Contatos e ações de articulação com a família/responsável legal	3	2 a <3	<2
6.	Adoção de boas práticas e prevenção de maus-tratos	9	6 a <9	<6

Após a aplicação do relatório de IMR, deverá ser somado os valores para cada critério de análise, aplicando-se os descontos conforme abaixo:

- Não haverá desconto para pontuação maior ou igual a 24 pontos, resultante da soma dos indicadores;
- Haverá desconto de 1% para pontuação entre 18,5 a 23,5 pontos;
- Haverá desconto de 5% para pontuação inferior ou igual a 18 pontos.

Os descontos serão calculados sobre a Nota Fiscal correspondente ao mês em que for constatado o descumprimento dos indicadores, devendo o abatimento ser efetuado no mês em que a análise for concluída.

Havendo algum indicador não conforme, a empresa deverá ser notificada pela equipe de fiscalização do contrato, para apresentação do plano de ação para melhoria ou solução das causas do não atingimento da meta do indicador.

Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas, ou caso seja necessária à alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. E a superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período.

Caberá ao fiscal do contrato a identificação de cumprimento do contrato e ao Gestor o encaminhamento dos achados para avaliação quanto a aplicação de penalidades, conforme o caso.

A contratada poderá receber notificação, quando não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

A comissão fiscalizadora realizará avaliações para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, encaminhando notificações à contratada para correção das falhas detectadas, havendo recorrência de inadequações ou não resolução de pendências por parte da contratada deverá realizar a identificação de cumprimento parcial do contrato, encaminhando os achados para avaliação quanto a aplicação de penalidades, conforme o caso.

É facultada a SES/DF, a qualquer momento e sem aviso prévio, a promoção de diligência, destinada a fiscalizar, esclarecer ou a completar a instrução do processo de credenciamento.

• Critérios objetivos para pagamento:

A prestação dos serviços, assim como efetivação do pagamento deverá ocorrer por utilização de diárias efetivamente utilizadas, haja vista, a natureza e a disponibilização da necessidade do serviço, objeto do presente ETP. Será efetuado repasse mensal proporcional ao número de diárias utilizadas pelos usuários.

Para efeitos de pagamento, deverá ser enviado pela empresa as seguintes documentações:

- Apresentação da prestação de contas por paciente, onde conste o Relatório Multiprofissional de desenvolvimento do tratamento por usuário, elaborado por médico e profissionais de nível superior, em que conste o Plano Terapêutico Individual com os atendimentos e atividades individuais e coletivas, terapêutica e medicamentosa;
- Apresentação da Nota fiscal referente as diárias utilizadas;
- Espelho da fatura;
- Atendimento Terapêutico Familiar por paciente;
- Ordens de Serviço por paciente;
- Ordens de Serviço de Prorrogação por paciente;
- Documento de identificação do usuário;
- Discriminação das despesas médico-hospitalares (quantidade de diárias e valores);
- Declaração de Incapacidade de Remoção de Caráter Voluntário do usuário a clínica;
- Declaração do Responsável /familiar dando ciência de que a internação será custeada pela SES/DF.

Se, por qualquer motivo, alheio à vontade da CONTRATANTE for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

- **Critérios objetivos para glosas:**

A Glosa é uma recusa de pagamento de um serviço ou procedimento prestado por um hospital ou clínica. Pode ser parcial ou total. Os principais motivos de glosas serão listados abaixo. Entretanto, considerando que não é possível esgotar todas as situações possíveis, casos excepcionais poderão ser revistos.

Serão motivos de glosa por parte da CONTRATANTE:

- Valores em discordância aos pactuados no contrato;
- Diárias cobradas além do período de internação efetivamente registrado;
- Diárias cobradas além do período estipulado nas Ordens de Serviço;
- Cobrança referente a serviços e/ou fornecimento de insumos (materiais, medicamentos, exames, dietas, entre outros);
- Cobranças por serviços ou procedimentos não autorizados pela CONTRATANTE ou que estejam fora do escopo previsto no contrato;
- Atendimento diferente do pactuado;
- Diárias cobradas a mais nos períodos em que o paciente se encontrava em outro estabelecimento de saúde ou em casos de evasão, não estando, portanto, sob cuidados na clínica. Não haverá pagamento referente a dias em que não houve efetiva permanência do paciente na instituição;
- Duplicidade de cobrança.

A CONTRATANTE deverá verificar a lisura das contas apresentadas. Havendo, na conta, algum item ou valor divergente, a CONTRATANTE deverá apresentar à CONTRATADA, por escrito, o relatório de Glosa;

A CONTRATADA, em caso de discordância com os valores glosados pelo CONTRATANTE, terá prazo de 30 (trinta) dias para recorrer da glosa, também por escrito, em formulário próprio, com a devida justificativa de revisão do valor ou valores glosados;

O recurso de Glosa supracitado, apresentado tempestivamente pela CONTRATADA, será deferido ou não pelo CONTRATANTE com a devida justificativa.

13. Providências a serem Adotadas

Cabe a administração capacitar os fiscais e gestor do contrato a fim de qualificá-los para uma correta fiscalização contratual.

14. Possíveis Impactos Ambientais

a) Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade:

O objeto do presente instrumento deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, em consonância com a legislação vigente e as diretrizes do Guia de Sustentabilidade da AGU, especialmente no que tange à aquisição e uso de bens, materiais e insumos no âmbito do Serviço de Internação Compulsória para usuários com uso e/ou abuso de substâncias psicoativas.

As práticas sustentáveis deverão ser incorporadas como especificações técnicas e obrigações contratuais da futura contratada, incluindo:

- Utilização preferencial de produtos e materiais certificados por órgãos como INMETRO e ANVISA, quando aplicável, observadas as diretrizes do Guia de Compras Sustentáveis (a partir da p. 127);
- Aquisição de equipamentos com eficiência energética comprovada, preferencialmente com selo Procel (para eletrodomésticos e equipamentos elétricos) e classificação A no Inmetro;
- Uso racional de materiais e recursos naturais, especialmente energia e água, mediante orientações e treinamentos da equipe envolvida no serviço;
- Adoção de práticas de logística reversa e descarte ambientalmente adequado para equipamentos, medicamentos vencidos, baterias, pilhas, lâmpadas e materiais eletrônicos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)

b) Quanto aos impactos ambientais:

1. Geração de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saúde, considerando que o Serviço e Internação gera resíduos comuns domiciliares (orgânicos e recicláveis) originários de atividades domésticas na residência urbana e eventualmente resíduos de serviços de saúde (medicamentos e materiais perfurocortantes). Para mitigar esses impactos, devem ser adotadas as seguintes medidas:

- Segregação correta dos resíduos na origem (orgânicos, recicláveis, rejeitos e resíduos perigosos);
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos de saúde, conforme a Resolução CONAMA n. 358/2005 e a RDC n. 222/2018 – ANVISA;
- Contratação de empresa especializada para coleta e tratamento de resíduos perigosos, se necessário;
- Treinamento da equipe quanto ao manejo correto dos resíduos;

2. Transporte e emissão de gases, considerando que o serviço envolve o deslocamento frequente de parte da equipe para remoções dos usuários até o estabelecimento da contratada. Tais deslocamentos contribuem para a emissão de efeito estufa. Como medidas mitigadoras, recomenda-se:

Otimização das rotas e deslocamentos;

Utilização de veículos com menor emissão de poluentes sempre que viável;

Incentivo ao planejamento logístico que minimize o número de viagens necessárias;

As práticas sustentáveis e as medidas mitigadoras aqui descritas visam garantir a conformidade ambiental do Serviço de Internação Compulsória, promovendo a responsabilidade socioambiental na execução do contrato.

A contratação deverá observar também os critérios de sustentabilidade ambiental adotadas pela Lei nº 4.770/2012, pelo Decreto nº 7.746/2012, e pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

A contratada observará:

1. Proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT;
2. Boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa);

15. Acesso à informação

Este documento e demais documentos necessários ao objeto deste estudo não se enquadram a classificação de sigilo de informações no âmbito da administração pública, conforme Art. 23, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16. Disposições Gerais (Apêndices)

Disposições Gerais (Apêndices)

Integram este Estudo Técnico Preliminar (ETP), os seguintes Apêndices:

Apêndice I – Roteiro de Vistoria do Estabelecimento de Internação Psiquiátrica para Dependente Químico do Distrito Federal;

Apêndice II – Termo de Compromisso e Responsabilidade contra Maus-Tratos;

Apêndice III – Modelo da Ordem de Serviço;

Apêndice IV - Declaração de Pleno conhecimento das condições e exigências relacionadas à execução dos serviços do objeto;

Apêndice V - Declaração de Condições do Estabelecimento;

Apêndice VI - Declaração Anticorrupção;

Apêndice VII - Modelo de Proposta

APÊNDICE I

CHECKLIST VISTORIA DO ESTABELECIMENTO DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA PARA DEPENDENTE QUÍMICO DO DISTRITO FEDERAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

a. Nome do estabelecimento: _____

b. Responsável Técnico: _____

c. CNPJ: | | | | | | | | | | | | | |

d. Endereço: _____ UF: _____

e. CEP: | | | | | - | | | |

f. Telefone: _____

g. E-mail: _____

2. NÚMERO DE LEITOS

Total de Leitos Existentes: _____

Feminino _____ Masculino: _____ Adolescente feminino _____ Adolescente masculino _____

Leitos Intercorrência Clínica _____

3. RECURSOS HUMANOS DA EQUIPE DE ASSISTÊNCIA DO ESTABELECIMENTO, COMPOSIÇÃO MÍNIMA:

CATEGORIA	QUANTITATIVO	CARGA HORÁRIA	CONFORME	NÃO CONFORME
Médico - Clínica Médica	01	24 horas/dia a cada 60 leitos		
Médico - Psiquiatria	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos		
Enfermeiro	01 Diurno	12 horas/dia a cada 30 leitos		
	01 Noturno	12 horas/dia a cada 60 leitos		
Técnico/Auxiliar de Enfermagem	02	24 horas/dia a cada 15 leitos		
Psicólogo	01	40 horas/semanais a cada 20 leitos		
Assistente Social	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos		
Terapeuta Ocupacional	01	40 horas/semanais a cada 30 leitos		
Nutricionista	01	por Estabelecimento		
Farmacêutico	01	por Estabelecimento		
Educador Físico*	01	20 horas/semanais a cada 30 leitos		

Nota: * Nota: * O profissional de Educação Física/ Educador Físico será opcional, exceto nos casos em que o estabelecimento possua academia ou piscinas em suas dependências, bem como realize atividades que exijam supervisão; nessas situações, a presença desse profissional torna-se obrigatória.

A CONTRATADA deverá garantir profissionais para cobrir folgas e férias da equipe de assistência, de forma a manter a equipe mínima integralmente no decorrer da execução do Contrato.

() Declaração contendo a relação dos profissionais da equipe do estabelecimento, minimamente composta conforme estabelecido no edital

4. INSTALAÇÕES FÍSICAS GERAIS

4.1. ALAS:

A empresa deve apresentar quatro (4) alas fisicamente separadas, com alojamentos distintos e com estruturas adequadas para a permanência dos usuários, respeitando a separação por faixa etária, sexo e identidade de gênero. É vedada a permanência de adolescentes e adultos nas mesmas alas e alojamentos, bem como de adolescentes do sexo masculino com adolescentes do sexo feminino. As alas devem estar organizadas da seguinte forma:

() Ala exclusiva para mulheres adultas;

() Ala exclusiva para adolescentes do sexo feminino;

() Ala exclusiva para homens adultos;

() Ala exclusiva para adolescentes do sexo masculino

4.2. ALOJAMENTOS:

() quarto coletivo com acomodações individuais e espaço para guarda de roupas e de pertences com dimensionamento compatível com o número de usuários e com área que permita livre circulação;

() banheiro para usuários dotado de bacia, lavatório e chuveiro com dimensionamento compatível como número de indivíduos;

() Alojamentos separados para adolescentes e adultos;

() Alojamentos separados para homens e mulheres, conforme identidade de gênero;

4.3. SETOR DE REABILITAÇÃO E CONVIVÊNCIA:

() salas de atendimento individual;

() salas de atendimento coletivo;

() área para realização de atividades lúdico-terapêutica;

() área para prática de atividades desportivas;

4.4. SETOR ADMINISTRATIVO:

() sala de recepção;

() sala administrativa;

() área para arquivo das fichas dos usuários;

() sanitários para funcionários;

4.5. SETOR DE APOIO LOGÍSTICO:

() cozinha;

() refeitório;

Nota: () Fornecimento de alimentação dividida em seis refeições diárias, sendo elas: desjejum, colação, almoço, lanche, jantar e ceia, com dieta adequada a eventual restrição nutricional de cada usuário.

() lavanderia;

- () almoxarifado;
- () área para depósito de material de limpeza;
- () área para abrigo de resíduos sólidos.

Nota: Espaços restritivos/punitivos similares (PT 251/02)? () Sim Não ().

4.6- ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Condições aparentes de higiene e organização da instalações			
Locais	Boa	Regular	Ruim
Posto de enfermagem			
Leitos			
Banheiros			
Farmácia			
Cozinha, conservação e preparo dos alimentos			
Áreas internas			
Áreas externas			
Espaço para atividades físicas/ desportivas e atividades lúdico-terapêuticas			
Segurança e acesso ao estabelecimento			

ENXOVAL DE INTERNAÇÃO E DE HIGIENE PESSOAL

Enxoval e material de higiene pessoal		
Itens	Sim	Não
Dois lençóis adulto		
Fronha de travesseiro		
Travesseiro		
Cobertor antialérgico		
Toalha de banho		
Toalha de rosto		
Sabonetes		
Shampoo		
Escova de dente		
Pasta de dente		

5. COMPROVANTE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL

- () Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa prestou ou vem prestando satisfatoriamente fornecimento de serviços similares ao presente objeto por, no mínimo, 6 meses;
- () Registro e Licenciamento de Empresas – RLE;
- () Licença sanitária vigente, válida e compatível com a atividade econômica (CNAE) adequada: **8610-1/01: Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências**, bem como demais atividades desempenhadas pela empresa em decorrência do objeto;
- () Registro atualizado do estabelecimento no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES);

- () Comprovação, por parte da empresa licitante, de que não possui registros de maus-tratos ou violações aos direitos dos pacientes, mediante apresentação de Certidão Judicial de Distribuição (Especial- Ações Cíveis e Criminais- 1ª e 2ª Instâncias), informalmente conhecida como "nada consta" ou "certidão negativa", junto ao órgão competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- () Assinatura do Termo de Compromisso e Responsabilidade Contra Maus-Tratos pela empresa através de seus representantes legais (Anexo II);
- () Assinatura da Declaração de Pleno conhecimento das condições e exigências relacionadas à execução dos serviços do objeto pela empresa através de seus representantes legais (Apêndice IV);
- () Assinatura da Declaração de Condições do Estabelecimento pela empresa através de seus representantes legais (Apêndice V);
- () Assinatura da Declaração Anticorrupção pela empresa através de seus representantes legais (Apêndice VI);
- () Plano terapêutico que descreva suas atividades administrativas e assistenciais;
- () Escritura do imóvel referente as instalações ou contrato de locação acompanhado de suas respectivas fotos, incluindo instalações internas (recepção, quartos, cozinha, sala para atendimento individual, social e coletivo, sala de recepção, atendimento médico e reuniões, etc.);
- () Cópia do registro no Conselho Regional Competente da empresa e de todos os membros de sua equipe técnica de acordo com a Declaração que contém a relação dos profissionais do estabelecimento.

6. COMPROVANTE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

- () Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do médico responsável com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em psiquiatria, bem como dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica do(a) substituto(a) com a mesma qualificação;
- () Dados de identificação e Termo de Responsabilidade Técnica dos profissionais que exercem a função de responsável técnico em suas respectivas categorias profissionais no estabelecimento, tais como farmacêutico(a), enfermeiro(a) entre outros.
- () Declaração contendo a relação dos profissionais da equipe multiprofissional do estabelecimento, devendo esta ser minimamente composta conforme estabelecido na Portaria/GM Nº 336, de 19 de fevereiro de 2002, incluindo formação profissional, carga horária semanal e número de registro no Conselho de Classe de todos os profissionais relacionado.

APÊNDICE II

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE CONTRA MAUS-TRATOS

Pelo presente instrumento, eu, _____ portador(a) do CPF nº _____, e do RG nº _____, representante legal da empresa _____, com sede no endereço _____, na Região Administrativa de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, declaro, para os devidos fins:

- 1. Que tenho pleno conhecimento das obrigações contratuais e legais relativas ao trato digno, respeitoso e humanizado no exercício das atividades contratadas;**
- 2. Que me comprometo a adotar práticas éticas, seguras e livres de qualquer conduta que possa ser caracterizada como maus-tratos, violência física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, negligência ou omissão dolosa;**
- 3. Que me responsabilizo por orientar, treinar e supervisionar toda a equipe envolvida na execução do contrato, assegurando o cumprimento das normas legais e administrativas aplicáveis;**
- 4. Que assumo total responsabilidade por eventuais atos de meus prepostos ou colaboradores que venham a ser apurados como abusivos ou danosos, sujeitando-se às sanções contratuais e legais cabíveis;**
- 5. Que reconheço e aceito as penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento, tais como advertência, multa, rescisão contratual e demais sanções previstas na legislação vigente.**
- 6. Que estou ciente das diretrizes éticas, legais e profissionais aplicáveis ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade psíquica e social, em especial aquelas acometidas por transtornos mentais e dependência química, e que:**

ME COMPROMETO:

- Respeitar a dignidade, integridade física, emocional e psicológica dos pacientes acolhidos na instituição;

- Não praticar, permitir, ocultar ou ser conivente com qualquer forma de maus -tratos, violência física, psicológica, moral, sexual, patrimonial, negligência, humilhação, discriminação ou qualquer conduta abusiva;
- Tratar todos os pacientes com empatia, respeito, sigilo e profissionalismo, promovendo um ambiente seguro, terapêutico e humanizado;
- Comunicar imediatamente aos órgãos competentes qualquer ocorrência ou suspeita de violação de direitos, condutas abusivas ou tratamento inadequado;
- Atuar em conformidade com a legislação vigente, em especial com:
 - A Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica),
 - O Código de Ética Profissional das respectivas categorias,
 - A Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente),
 - A Lei nº 14.679/23, que altera a Lei Orgânica da Saúde para incluir atenção à identificação de maus -tratos e violência contra crianças e adolescentes,
 - A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e
 - A Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa)
- Responder administrativa, civil e criminalmente por qualquer ato ou omissão que contrarie os princípios deste Termo, da legislação vigente e da política institucional da empresa.

DISPOSIÇÕES FINAIS:

Declaro estar plenamente ciente de que o descumprimento deste Termo poderá resultar em sanções disciplinares, rescisão contratual, bem como responsabilização civil e criminal, conforme a gravidade do ocorrido.

Por estar de acordo com todas as cláusulas aqui previstas, firmo o presente Termo de Compromisso e Responsabilidade Contra Maus-Tratos, valendo para efeitos legais.

Brasília, _____ de _____ de 2025.

Representante Legal da empresa (Nome, assinatura e carimbo da empresa)

Testemunha 1 - Nome/ CPF/ Assinatura

Testemunha 2 - Nome/ CPF/ Assinatura

APÊNDICE III

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Ordem de Serviço nº: ____/ Ano

Nome Completo			
Data de Nascimento		CPF:	RG:
Endereço Residencial			
Nome do Responsável			
Grau de Parentesco			
Telefone de Contato			
Nº do Processo Judicial			
Consta Ordem Judicial de Internação em Vigência	() SIM () NÃO		
Consta Laudo Médico Solicitando a Internação	() SIM () NÃO		
2. DADOS DA EMPRESA CONTRATADA			
Razão Social			
Endereço			
CNPJ			
Telefone			
E-mail			
Contrato SES Nº			
Processo SEI Nº			
Contrato em vigência	() SIM () NÃO		
Período de vigência/ em prorrogação de	___/___/___ até ___/___/___		
3. EXECUÇÃO DO SERVIÇO			
Nº do Processo SEI para Cumprimento da Ordem Judicial na SESDF			

Prazo de Duração Estabelecido pelo Executor:	Poderá variar de um até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, sendo prorrogável por igual período, conforme contrato.
Necessita de Serviço de Remoção	() SIM () NÃO () NÃO INFORMADO
Local de Remoção	() Residência do usuário () Outro:
DECLARAÇÃO DA EMPRESA	
DECLARO que recebi esta Ordem de Execução de Serviço nº. _____, e estou ciente das condições estabelecidas no contrato.	
Representante da Empresa/CPF	
4. AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:	
<p>() AUTORIZO a prestação de serviços.</p> <p>- O serviço de internação e remoção, quando contratado, deverá ser iniciado em até 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do recebimento desta ordem de serviço, conforme contrato.</p> <p>Gestor(a) Técnico(a) do Contrato _____ / Matrícula nº. _____</p>	
5. CIÊNCIA DA DIRETORIA DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI)	
<p>() CIENTE e DE ACORDO com a internação pelo prazo estabelecido.</p> <p>() CIENTE e em DESACORDO com a situação apresentada.</p> <p>Justificativa no caso de desacordo: _____</p> <p>Diretora de Atenção Psicossocial (SES/SEAS/SUSAM/DAPSI)</p>	
6. AVALIAÇÃO MÉDICA DO USUÁRIO	
<p>- Indicação de Internação: () SIM () NÃO</p> <p>- Estabelecimento de Saúde:</p> <p>- Médico Responsável pela Avaliação:</p> <p>- Nº CRM ou Matrícula:</p> <p>- Data da Avaliação Médica:</p>	
7. AVALIAÇÃO MÉDICA DO USUÁRIO NO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE CONTRATADO:	
<p>- Indicação de Prorrogação de Internação: () SIM () NÃO () NÃO SE APLICA.</p> <p>- Período de Prorrogação:</p> <p>- Estabelecimento de Saúde:</p>	

- Médico Responsável pela Avaliação:
- Nº CRM ou Matrícula:
- Data da Avaliação Médica:

APÊNDICE IV

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DO OBJETO

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL)

A empresa/instituição _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informará que não utilizará essas condições para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a Secretaria de Estado de Saúde, de qualquer reclamação e/ou reivindicação nesse sentido.

Brasília, ____ de ____ de ____.

Representante legal da Empresa

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE V

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DO ESTABELECIMENTO

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO/PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____)

A empresa/instituição _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no presente certame, que o Estabelecimento de Internação Compulsória, localizado na Região Administrativa _____, **possui plenas condições físicas e estruturais**, pois encontra-se em **bom estado de conservação, segurança e funcionamento**, e **atende o exigido no Edital supracitado**.

Declara ainda que o estabelecimento estará pronto para uso, com infraestrutura adequada para receber pacientes em regime de internação compulsória, respeitando todas as normas técnicas, sanitárias e de acessibilidade vigentes.

Brasília, ____ de ____ de ____.

Representante Legal da Empresa

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE VI

DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A Empresa ou Pessoa Jurídica _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede no endereço _____, neste ato representada por seu(sua) representante legal _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para os devidos fins, que:

1. Tem ciência e cumpre rigorosamente os preceitos da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
2. Adota práticas de integridade, ética e transparência em suas relações com a administração pública e privada;
3. Não oferece, promete, autoriza ou realiza, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa relacionada a agente público, com a finalidade de obter favorecimento ou qualquer tipo de vantagem indevida;
4. Compromete-se a comunicar imediatamente às autoridades competentes qualquer ato de que venha a ter conhecimento que constitua violação à Lei nº 12.846/2013;
5. Declara que não foi, nem é, objeto de sanções decorrentes de infrações à legislação anticorrupção ou à legislação de improbidade administrativa, nem consta em cadastros de sanções de órgãos de controle, como o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);
6. Está ciente de que a falsidade desta declaração poderá acarretar as penalidades legais aplicáveis, inclusive as previstas na referida Lei nº 12.846/2013.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais necessários.

Brasília, de de .

Representante legal da Empresa

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE VII

MODELO DE PROPOSTA

(Em papel timbrado da empresa)

À

Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 2º Andar - Edifício PO 700

Asa Norte, Sede da SES/DF - Plano Piloto

CEP: 70.719-020 - Brasília, DF

Referência: Pregão Eletrônico nº ____/____

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ estabelecida no(a) _____, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de serviço de diária de internação por estabelecimento em saúde mental que preste assistência a adolescentes e adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), sob mandado judicial de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, a usuário residente no Distrito Federal, de forma continuada, conforme condições e especificações deste instrumento.

O valor total de proposta é de _____ (em algarismo e por extenso), para a vigência anual do contrato.

Os preços apresentados estão incluídos todas as despesas relativas à entrega, impostos, fornecimento, instalação, manutenção, customização, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL MENSAL						
VALOR TOTAL (12 MESES)						

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas informações apresentadas no presente Estudo Técnico Preliminar, consoante à legislação vigente, conclui-se pela viabilidade da futura contratação, com vistas à oferta de serviço de internação psiquiátrica compulsória para o tratamento de dependência química, de forma a garantir o cumprimento das determinações judiciais.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDA FIGUEIREDO FALCOMER MENESES

Subsecretária de Saúde Mental



Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 23:40:53.

EMILIA CARDOSO ANDRADE

Membro Integrante da elaboração do ETP



Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 12:47:36.

LAILA MELO DANTAS TORRES

Diretoria de Gestão de Serviços de Saúde Mental - Membro Integrante da elaboração do ETP



Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 14:13:17.